



# *Câmara Municipal de Cubatão*

20 17

**PROCESSO Nº** 065/2017-7

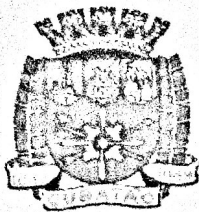
**PROJETO DE LEI Nº** 08/2017

**AUTOR:** RAFAEL DE SOUSA VILLAR

**ASSUNTO:** TORNA-SE OBRIGATÓRIA A EXISTÊNCIA DE PLANO DE EVACUAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE PALESTRAS E TREINAMENTOS RELATIVOS À EVACUAÇÃO EM CASOS DE INCÊNDIOS, DESASTRES NATURAIS E/OU QUÍMICOS, E NOS ESTRUTURAIS E DEMAIS EMERGÊNCIAS NAS UNIDADES DE ENSINO PÚBLICO OU PRIVADO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**DATA:** 19 DE JANEIRO DE 2017

ARQUIVO - DVA



# *Câmara Municipal de Cubatão*

*Estado de São Paulo*

*"484º Ano da Fundação do Povoado e  
68º de Emancipação ."*

## PROJETO DE LEI PARA ESTUDO

PROCESSO N°: 065/2017.

ESPÉCIE: PL N° 08/2017.

AUTORIA: RAFAEL DE SOUSA VILLAR.

ASSUNTO: TORNA-SE OBRIGATÓRIA A EXISTÊNCIA DE PLANO DE EVACUAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE PALESTRAS E TREINAMENTOS RELATIVOS A EVACUAÇÃO EM CASOS DE INCÊNDIO, DESASTRES NATURAIS E/OU QUÍMICOS, DANOS ESTRUTURAIS E DEMAIS EMERGÊNCIAS NAS UNIDADES DE ENSINO PÚBLICO OU PRIVADO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DATA: 19/01/2017.

DATECP/Marcos Roberto.





GABINETE DO VEREADOR  
RAFAEL TUCLA

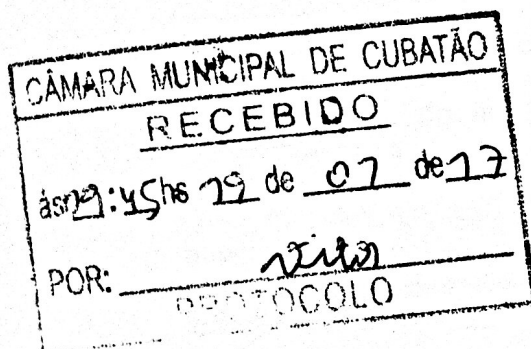
GERAL	PART.	CLASSE	FUNC.
065 29/7	06 20/7	01	ter

# Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

484º Ano da Fundação do Povoado e  
68º da Emancipação Política Administrativa

PROJETO DE LEI N.º 08 / 2017



TORNA-SE OBRIGATÓRIA A  
EXISTÊNCIA DE PLANO DE  
EVACUAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE  
PALESTRAS E TREINAMENTOS  
RELATIVOS A EVACUAÇÃO EM  
CASOS DE INCÊNDIOS, DESASTRES  
NATURAIS E/OU QUÍMICOS, DANOS  
ESTRUTURAIS E DEMAIS  
EMERGÊNCIAS NAS UNIDADES DE  
ENSINO PÚBLICO OU PRIVADO DO  
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS

**Art. 1º.** Toma-se obrigatória a existência de plano de evacuação e realização de palestras e treinamentos relativos a evacuação em casos de incêndios, desastres naturais e/ou químicos, danos estruturais e demais emergências nas unidades de ensino públicas e privadas da cidade de Cubatão.

**Parágrafo único.** Os danos estruturais e demais emergências mencionados no caput deste artigo referem-se a quaisquer ocorrências que ponham em risco a permanência dos usuários regulares e demais frequentadores das escolas e que demandem evacuação do local imediata.

**Art. 2º.** Os responsáveis legais pelas escolas deverão solicitar a um profissional devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de sua área profissional a elaboração de um plano de evacuação condizente com a planta baixa do imóvel no qual está localizada e a quantidade de pessoas que o frequentam.

**Parágrafo primeiro.** a realização de palestras e treinamentos deverão ocorrer duas vezes por ano, a primeira no início do ano letivo e a segunda no retorno do recesso escolar e deverá ser aplicada para seus corpos docente e discente e demais funcionários e frequentadores.

03/4p

**Parágrafo segundo.** As palestras e treinamentos realizadas nas unidades de ensino público poderão ser abertas à participação dos pais e responsáveis e à população e comunidade geral.

**Art. 3º.** O plano de evacuação, palestras e treinamentos disporão obrigatoriamente de técnicas, procedimentos e instruções relativas à realização de evacuação predial nos casos de emergência previstos e demais itens necessários, conforme avaliação do profissional responsável por sua elaboração.

**Art. 4º.** Ficarão à cargo dos diretores das escolas privadas, com a devida orientação do profissional responsável pela elaboração do plano de evacuação, todos os procedimentos relativos à realização das palestras e treinamentos, tais como: dias e horários, quantidade de pessoas envolvidas por palestra e treinamento, funcionários responsáveis por liderar, informar e treinar os usuários regulares das dependências das escolas durante os casos de emergência e demais detalhes pertinentes.

**Art. 5º.** Os treinamentos envolverão práticas e atividades relativas às técnicas, procedimentos e instruções recebidas nas palestras e contidos no plano de evacuação, de modo a fornecer a seu público-alvo a perfeita noção do conhecimento adquirido e a eficácia necessária à sua adequada consecução.

**Art. 6º.** As palestras e treinamentos deverão constar do calendário de atividades fornecidos aos pais, alunos, professores e demais usuários dos prédios das unidades de ensino e ter seus dias e horários afixados em quadro de fácil acesso e visualização.

**Art. 7º.** As unidade de ensino do município deverão guardar em arquivo e disponibilizar, a qualquer tempo, para fins de fiscalização dos órgãos competentes, cópia do plano de evacuação e relatórios referentes às palestras e treinamentos realizados, contendo cada um destes documentos as assinaturas do diretor da escola e do profissional responsável pela elaboração do plano de evacuação ou outro profissional devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de sua área profissional.

**Art. 8º.** Os responsáveis legais pelas escolas deverão entregar cópia do plano de evacuação nas Secretarias de Educação e Secretaria de Segurança Pública e Cidadania para o devido arquivamento e controle.

**Art. 9º.** Caso haja alteração na planta baixa do imóvel no qual está sediada a escola torna-se obrigatória a reavaliação do plano de evacuação e os conteúdos das palestras e treinamentos para que sejam realizadas possíveis alterações.

**Parágrafo único.** A reavaliação será feita pelo profissional que elaborou o plano de evacuação ou qualquer outro devidamente habilitado e registrado no Conselho Regional de sua área profissional.

**Art. 10.** Caberá às Secretarias Municipal de Educação e de Segurança Pública e Cidadania de Cubatão todas as providências cabíveis para a



de/1p  
implementação do contido nesta lei nas unidades municipais de ensino sob sua responsabilidade através de dotação orçamentária própria.

**Art. 11.** As unidades de ensino privadas que descumprirem o disposto nesta lei incorrerão nas seguintes sanções, de forma sucessiva, conforme fiscalização dos órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis:

I – advertência;

II – multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III – suspensão do alvará de funcionamento;

IV – cassação do alvará de funcionamento.

**Art. 12.** Os responsáveis legais pelas unidades de ensino públicas e privadas terão 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem ao disposto nesta lei.

**Art. 13.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

**Art. 14.** Esta lei entra em vigor à data de sua publicação.

*Sala Dona Helena*

*Meletti Cunha*

*17* de *Junho* de 2017.

*Rafael Villar*

*Rafael de Sousa Villar - Rafael Tuela*

VEREADOR



# *Câmara Municipal de Cubatão*

*Estado de São Paulo*

GABINETE DO VEREADOR  
RAFAEL TUCLA

*484º Ano da Fundação do Povoado e  
68º da Emancipação Política Administrativa*

## *Justificativa*

O recente acidente químico ocorrido no polo industrial da cidade expôs o quanto o nosso município não está preparado para enfrentar um desastre químico como o ocorrido na Vale Fertilizantes. Necessitamos de adequação e de preparação da população, das autoridades e de todos os envolvidos para a criação de instrumentos de prevenção e de atuação efetiva para minimizar os impactos de um desastre ocorrido em nossa cidade.

Ao longo dos anos, a baixada santista foi tocada pelos diversos desastres químicos e naturais que como consequência refletiu em nossa cidade, seja na qualidade do nosso ar, seja na contaminação de nossos mananciais e de nossa flora. Se numerármos os recentes desastres ocorridos em nossa região, podemos elencar o incêndio da Copersucar ocorrido no Porto de Santos em 2013, o incêndio na Rumo Logística ocorrido no Porto de Santos no ano de 2014, o incêndio na Ultracargo que durou pouco mais de 8 dias ocorrido no ano de 2015, o incêndio na Localfrio no pólo industrial de Guarujá em 2016 e o mais recente incêndio de nitrato de amônia na Vale Fertilizantes em Cubatão.

Neste sentido, apresento a esta Egrégia Casa o presente Projeto de Lei, que versa sobre a criação da obrigatoriedade de existência de plano de evacuação, devidamente elaborado por profissional gabaritado e registrado junto a seu Conselho Profissional, palestras e treinamentos correlatos nas unidades de ensino públicas e privadas do município de Cubatão.



Uma das formas de se transmitir conhecimento à população é através da escola, onde os estudantes poderão multiplicar seus conhecimentos adquiridos com as pessoas que os cercam, tornando-se indivíduos com o conhecimento necessário para atuar em situações extremas.

Com a participação da população e da comunidade local, o número de indivíduos alcançados poderá ser ampliado, melhorando assim, a atuação de outros órgãos responsáveis pela atuação em caso de desastres.

*Sala Dona Helena*

*Meletti Cunha*

17 de maio de 2017.

*Rafael de Sousa Villar - Rafael Tuela*

VEREADOR